

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7 - 8
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14 - 94

Relatório da Administração

1. Aos Acionistas

Cumprindo as disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Soares Penido Concessões S/A (SP Concessões ou Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes.

2. Contexto operacional

A Soares Penido Concessões S.A. tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indireta, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele é dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1.996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente a Companhia possui participação de 7,68% diretamente na CCR S.A e 4,08% indiretamente (4,25% conforme item 7.1 do Acordo de Quotistas assinado em 23/09/2010), pela participação de 68,03% da Aguilha Participação e Empreendimentos Ltda. A Aguilha possui 6% das ações da CCR S.A, 24,5% do COPER e 25% do COR.

A CCR S.A é uma holding cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades.

A CCR S/A atualmente detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), da Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste), 95% da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel), 85,92% do capital social da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A (RodoNorte) e 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) Por meio de sua controlada CPC, a CCR detém 100% da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e 45% da Controlar S.A (Controlar).

Além disso, a CCR detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social da Actua Assessoria S.A., da Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.I. de C.V., da CCR - USA, LLC, da Inovap 5 - Administração e Participações Ltda. (Inovap 5); 100% da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM) e da CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP); 100% da Companhia de Participações em Concessões (CPC); 99% do Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI), direta e indiretamente, por intermédio da CPC e da Inovap 5; 85,92% do capital social da Parques Serviços Ltda. (Parques) e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP).

3. Mercado de Atuação da Controlada em conjunto - CCR S/A

A partir de 1994, os governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessão, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriundo de empréstimos de longo prazo, concedidos pelo sistema financeiro nacional e estrangeiro, juntamente com investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias, dos governos Federal e Estaduais continuam a indicar a continuidade de novas oportunidades de crescimento para a empresa por meio de novas licitações no mesmo conceito das atuais concessões.

No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional a regulamentação das PPP - Parcerias Público Privada, que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias sendo que desses, 211.680 km são pavimentados, e 15.458,32 km são atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em março de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou o trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, concessão onerosa, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo - SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. A CCR foi à licitante que apresentou o menor valor de tarifa básica de pedágio ofertada e passou a explorar esse trecho a partir de junho 2008.

Em outubro de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.763 km. O leilão foi promovido pela ARTESP (Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário, composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor de tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, realizou a licitação visando à outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e da construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodoanel. O critério de julgamento desta licitação também foi o menor valor de tarifa de pedágio ofertada.

4. Resultado financeiro

Controladora

No ano de 2010, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 19.809 mil, comparado a um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 8.312 mil em 2009. Esse resultado deveu-se a emissão de debêntures no valor de R\$ 600.000 mil.

Consolidado

No ano de 2010, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 96.528 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 34.288 em 2009. Esse resultado deveu-se ao maior estoque da dívida.

Lucro Líquido

Em 2010, o Lucro Líquido foi de R\$ 63.154, em 2009 R\$ 198.140, apresentando uma queda de aproximadamente 68,13% em relação a 2009. Essa queda deveu-se principalmente ao aumento em despesa financeira, face à emissão de debêntures e ajuste na equivalência patrimonial em 2.009.

Consolidado

Em 2010, o Lucro Líquido foi de R\$ 64.091 mil, em 2009 R\$ 199.657, apresentando uma queda de aproximadamente 67,90% em relação a 2009. Essa queda deveu-se principalmente ao aumento em despesa financeira face ao maior estoque da dívida.

Dívida

Controladora

O crescimento da dívida em 2010 deveu-se a emissão de Debêntures em 15 de setembro de 2010 no valor de R\$ 600.000.

Consolidado

O crescimento da dívida em 2010 deveu-se principalmente a emissão de Debêntures e Notas Promissórias pelas controladas em conjunto. (Autoban, Rodonorte, Nova Dutra, SPVias. de sua Controlada em Conjunto CCR S/A.

Investimentos

Em 11 de setembro de 2010 a SP Concessões adquiriu 68,03% do capital social da empresa Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda., que por sua vez, possui 26.470.984 ações ordinárias representando 6% do capital social da CCR S.A, 24,5% do Coper - Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra e 12.500 ações ordinárias representando 25% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias - COR, pelo valor total de R\$ 674.074.

Em 5 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu no mercado, por meio do Banco Pactual 181.515 ações da CCR S.A. O valor pago por ação foi de R\$ 38,53, o qual totalizou o montante de R\$ 7.000. A partir desta data a Companhia passou a possuir um total de 51.576.994 ações, o que acarretou em uma participação em sua controlada em conjunto de 11,68%.

5. Destaque do ano de 2010

Reorganização societária da Controladora

Em 11/09/2010 a Companhia efetuou Cisão parcial do seu Patrimônio. O acervo líquido cindido no valor de R\$ 164.583.554,50 foi incorporado na empresa Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. Tal ato provocou o desligamento da Sra. Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia como acionista. Os acionistas remanescentes são a Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna com 92,20 % do Capital Social e a empresa Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com 7,80%.

6. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 31 de março de 2011.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Soares Penido Concessões S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soares Penido Concessões S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 31 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Soares Penido Concessões S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)	31/12/2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.396	100.861	79.655	143.213
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	21.731
Partes relacionadas	13	-	-	-	20.923
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	670
Imposto a recuperar	10	1.604	3.094	-	13.699
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	12	-	-	-	9.737
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	-	82
Despesas antecipadas e outras		-	-	-	5.032
Total do ativo circulante		6.000	103.955	79.655	215.087
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Conta reserva	25	-	-	-	186
Partes relacionadas	13	288	475	-	404
Imposto a recuperar	10	-	-	-	10.695
Impostos diferidos	11	-	-	-	79.071
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	12	-	-	-	291.100
Contas a receber com operações de derivativos		-	-	-	1.419
Despesas antecipadas e outras		-	-	-	2.406
		288	475	-	385.281
Investimentos	14	420.575	392.555	-	-
Imobilizado		-	-	-	46.244
Intangível	15	547.896	69.749	-	1.467.298
Diferido		-	-	-	8.669
Total do ativo não circulante		968.759	462.779	-	1.907.492
Total do ativo		974.759	566.734	79.655	2.122.579

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)	31/12/2010
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e leasing	16	-	-	-	55.182
Debêntures	17	13.472	-	-	175.396
Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	-	6.432
Fornecedores	19	-	-	-	38.616
Impostos e contribuições a recolher	5	-	-	-	9.707
Impostos e contribuições parcelados	18	-	-	-	5.205
Imposto de renda e contribuição social		-	-	853	6.951
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	8.997
Partes relacionadas	13	-	23	23	15.703
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	400	-
Provisão de manutenção	21	-	-	-	33.357
Obrigações com o poder concedente		-	-	-	16.869
Outras contas a pagar		-	-	-	10.200
Total do passivo circulante		13.477	23	1.276	382.615
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e leasing	16	-	-	-	165.123
Debêntures	17	482.893	-	-	890.166
Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	-	6.879
Impostos e contribuições a recolher - parcelados	18	-	-	-	52.814
Impostos diferidos	11	-	-	-	78.693
Provisão para contingências	20	-	-	-	2.657
Provisão de manutenção	21	-	-	-	32.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio		57.315	45.982	-	57.315
Obrigações com o poder concedente		-	-	-	4.589
Partes relacionadas	13	-	-	-	5.614
Adiantamento para futuro aumento de capital		109.234	-	-	109.234
Outras contas a pagar		-	-	-	18.788
Total do passivo não circulante		649.442	45.982	-	1.424.398
Patrimônio líquido					
Capital social		198.638	326.189	77.094	198.638
Reservas de lucros		113.230	194.568	1.285	113.230
Ajuste acumulado do conversão		(28)	(28)	-	(28)
Patrimônio líquido dos controladores	22	311.840	520.729	78.379	311.840
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	3.726
		311.840	520.729	78.379	315.566
Total do passivo e patrimônio líquido		974.759	566.734	79.655	2.122.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	31/12/2010
Receita operacional líquida		-	-	582.978
Custos dos serviços prestados				
Custo de construção		-	-	(112.620)
Serviços		-	-	(60.132)
Custo da outorga		-	-	(38.026)
Depreciação e amortização		-	-	(31.416)
Custo com pessoal		-	-	(26.095)
Outros		-	-	(36.956)
		-	-	(305.245)
Lucro bruto		-	-	277.733
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas		(859)	(120)	(56.717)
Despesas financeiras	23	(21.352)	-	(155.204)
Receitas financeiras	23	1.543	8.312	58.676
Outras (despesas) receitas operacionais		(3.189)	122.071	(9.467)
Resultado de equivalência patrimonial	14	87.297	67.877	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		63.440	198.140	115.021
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		(286)	-	(67.006)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos		-	-	15.836
Lucro líquido do exercício		<u>63.154</u>	<u>198.140</u>	<u>63.851</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores		63.154	198.140	63.154
Acionistas não controladores		-	-	697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
Nota	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	63.154	198.140	63.851
Outros resultados abrangentes			
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas em conjunto no exterior	22.d	-	(28)
			-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>63.154</u>	<u>198.112</u>	<u>63.851</u>
Atribuível a:			
Acionistas controladores	63.154	198.112	63.154
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

		Controladora						Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Dividendo adicional proposto	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total		
		Legal	Retenção de lucros						
	Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Reapresentado)	77.094	84	1.201	-	-	-	78.379	
	Aumento de capital conforme AGE de 29 de maio de 2009	296.494	-	-	-	-	-	296.494	
	Aumento em participação de minoritário	-	-	-	-	-	-	-	
	Redução de participação em minoritário	-	-	-	-	-	-	-	
	Distribuição de dividendos de minoritários da RodoNorte e Parques	-	-	-	-	-	-	-	
	Aumento de capital dos minoritários do RodoAnel	-	-	-	-	-	-	-	
	Efeitos de adoção inicial de IFRS por controladas em conjunto	-	-	-	-	41.125	41.125	-	
	Redução de Capital conforme AGE 31 de agosto de 2009	(47.399)	-	-	-	-	(47.399)	-	
	Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(28)	-	(28)	-	
	Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	198.140	198.140	-	
	Destinações:								
	Reserva legal	-	9.681	-	-	(9.681)	-	-	
	Dividendos obrigatórios	-	-	(1.201)	-	(44.781)	(45.982)	-	
	Dividendos e Juros sobre o capital próprio adicional proposto	-	-	-	37.078	(37.078)	-	-	
	Reserva de retenção de lucros	-	-	147.725	-	(147.725)	-	-	
	Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)	326.189	9.765	147.725	37.078	(28)	520.729	6.455	527.184
	Efeitos de adoção inicial de IFRS por controladas em conjunto	-	-	-	-	460	460	-	460
	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(37.078)	-	(37.078)	-	(37.078)
	Distribuição de dividendos de minoritário da RodoNorte	-	-	-	-	-	-	(3.426)	(3.426)
	Aumento de capital conforme AGE de 26 de Fevereiro de 2010	37.032	-	-	-	-	37.032	-	37.032
	Redução de capital conforme AGE de 11 de Setembro de 2010	(164.583)	-	-	-	-	(164.583)	-	(164.583)
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.154	63.154	697	63.851
	Destinações:								
	Reserva legal	22.b	-	3.158	-	-	(3.158)	-	-
	Dividendos intermediários		-	-	(92.875)	-	(92.875)	-	(92.875)
	Dividendos obrigatório	22.c	-	-	-	-	(14.999)	-	(14.999)
	Reserva de retenção de lucros	22.b	-	-	45.457	-	(45.457)	-	-
	Saldos em 31 de dezembro de 2010	198.638	12.923	100.307	-	(28)	311.840	3.726	315.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2010	2009 (Reapresentado)	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	63.440	198.140	115.021
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	-	-	37.900
Baixa do ativo imobilizado, intangível e diferido	-	-	1.853
Amortização do ágio	-	-	5.330
Resultado de equivalência patrimonial	(87.297)	(67.877)	-
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	17.672	-	92.120
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	(5.615)
Dividendos não recebidos decorrente de acordo de quotistas	3.041	-	-
Provisão para contingências	-	-	(73)
Resultado líquido por diluição / aumento de capital em controlada	-	(122.071)	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber	-	-	(5.773)
Partes relacionadas	(23)	(12)	(2.390)
Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-	-	(57.322)
Impostos a recuperar e outros ativos	457	(3.093)	(4.401)
(Redução) aumento dos passivos			
Fornecedores	-	-	10.176
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(4.018)
Realização da provisão de manutenção - CPC 25	-	-	5.196
Obrigações com o poder concedente	-	-	16.803
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	(1.225)	-	7.824
Partes relacionadas	-	-	9.106
Outros passivos	-	-	21.522
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(286)	(853)	(59.917)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(4.221)	4.234	183.342
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	(179.043)	-	-
Pagamento pela compra de 100% da SPVias e Inovap, líquido do caixa adquirido	-	-	(154.604)
Pagamento pela compra de 68,02% da Aguilha, líquido do caixa adquirido	-	-	(595.236)
Recebimento de dividendos	105.774	64.759	-
Ganho de capital decorrente de ajustes de conversão em controlada	-	-	460
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(23.207)
Adições ao ativo intangível	-	-	(114.327)
Adição de ágio por rentabilidade futura gerado nas aquisições de controladas	(502.030)	-	(5.815)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	(575.299)	64.759	(892.729)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures:			
Captações	600.000	-	888.300
Pagamento do principal	(112.200)	-	(263.645)
Pagamento dos juros	(4.199)	-	(45.243)
Custo de captação	(4.908)	-	(4.950)
Aumento de capital por:			
Incorporação de acervo líquido cindido da SP Obras e SP Construções	-	-	37.032
Redução de capital por:			
Cisão de acervo líquido a SP Obras	-	-	(164.583)
Fluxo de caixa líquido usado no aumento de participação acionária em controlada:			
Decorrente de incorporação de acervo líquido cindido da SP Obras e SP Construções	-	-	(7.107)
Fluxo de caixa líquido gerado na redução de participação acionária em controlada:			
Decorrente de cisão de acervo líquido da SP Obras	-	-	63.002
Fluxo de caixa líquido usado em processos de incorporações e cisões de acervo líquido	-	-	(2.813)
Cisão de caixa e equivalentes de caixa	(401)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	109.234	-	109.234
Pagamento de dividendos	(104.471)	(47.787)	(104.471)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	483.055	(47.787)	504.756
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(96.465)	21.206	(204.631)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	100.861	79.655	347.844
No final do exercício	4.396	100.861	143.213
	(96.465)	21.206	(204.631)

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Soares Penido Concessões S.A. (SP Concessões ou Companhia) tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indireta, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões possui participação direta de 7,68% da CCR S.A e 68,03% da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha). A Aguilha possui participação de 6% na CCR, 24,5% do COPER e 25% no COR.

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é responsável por 2.437,60 km de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,02 km é responsável pela administração e em 90,58 km pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAN, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel, CCR SPVias e Renovias, sendo as duas últimas por meio de sua controlada CPC.

Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção Veicular do Município de São Paulo), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e Estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre) e SAMM (Atividades em Multimídia).

O exercício social da Companhia e de suas controladas em conjunto, inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

2 Aspectos societários

a. Aquisições de controlada em conjunto

Em 11 de setembro de 2010 a SP Concessões adquiriu 68,03% do capital social da empresa Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (“Aguilha”), que por sua vez, possui 26.470.984 ações ordinárias representando 6% do capital social da CCR S.A, 24,5% do Coper - Consorcio Operador da Rodovia Presidente Dutra e 12.500 ações ordinárias representando 25% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias - COR, pelo valor total de R\$ 674.074.

b. Aquisições efetuadas por controlada em conjunto - CCR S.A

Em 22 de outubro de 2010, a controlada em conjunto CCR S.A, por meio de sua controlada CPC passou a deter o controle da SPVias, ao adquirir, direta e indiretamente, 100% do capital social daquela Concessionária.

c. Aquisições de participação em controlada em conjunto - CCR S.A

Em 5 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu no mercado, por meio do Banco Pactual 181.515 ações da CCR S.A. O valor pago por ação foi de R\$ 38,53, o qual totalizou o montante de R\$ 7.000. A partir desta data a Companhia passou a possuir um total de 51.576.994 ações, o que acarretou em uma participação em sua controlada em conjunto de 11,68%.

d. Incorporações e cisões efetuadas no exercício

Incorporação de acervo líquido

Em 29 de maio de 2009 foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da empresa relacionada Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (“Serveg Civilsan), a cisão parcial do patrimônio líquido dessa empresa, seguida da transferência do acervo líquido cindido para a SP Concessões. Em decorrência, houve redução do capital social da Serveng Civilsan no montante de R\$ 296.494, seguida pela versão dessa parcela cindida à SP Concessões como aumento de capital, cujo montante foi fundamentado por Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, apurado na data base de 30 de abril de 2009.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 31 de agosto de 2009 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da SP Concessões a incorporação do acervo líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 47.399 da controladora Soares Penido Investimentos Ltda, seguida pela versão dessa parcela cindida à SP Concessões como redução de capital, cujo montante foi fundamentado por Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, apurado na data base de 31 de agosto de 2009.

Em 26 de fevereiro de 2010 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária o aumento de capital social em R\$ 37.032 e emissão de 27.853.796 de novas ações ordinárias e sem valor nominal, passando o capital social a ser representado pelo montante de R\$ 363.221 divididos em 357.318.759 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O aumento de capital foi mediante a integralização de 4.701.098 ações da CCR S.A detidas pelas empresas relacionadas Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. (“SP Obras”) e Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviárias Ltda. (“SP Construções”), cujos montantes foram fundamentados por Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, apurado na data base de 31 de dezembro de 2009. A partir desta data a Companhia passou a possuir um total de 56.278.092 ações da controlada em conjunto CCR S.A, o que acarretou em uma participação em sua controlada em conjunto de 12,75%.

Cisão de acervo líquido

Em 11 de setembro de 2010 foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, seguida da transferência do acervo líquido cindido para a SP Obras. Em decorrência, houve redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 164.583 e o cancelamento de 142.041.515 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social a ser representado pelo montante de R\$ 198.638 divididos em 215.277.244 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A redução do capital foi mediante a cisão de 22.371.685 ações da CCR S.A para a empresa relacionada Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. (“SP Obras”), cujos montantes foram fundamentados por Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada. A partir desta data a Companhia passou a possuir um total de 33.906.407 ações da controlada em conjunto CCR S.A, o que acarretou em uma participação em sua controlada em conjunto de 7,68%.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

3 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em caixa, mensurados ao valor justo;
- Ativos e passivos de empresas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2009, reconhecidos inicialmente ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do consolidado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de concessão (IFRIC 12).

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Impostos diferidos;
- Nota 15 - Amortização dos ativos intangíveis;
- Nota 20 - Provisão para contingências - consolidado;
- Nota 21 - Provisão de manutenção;
- Nota 9 - Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 15 - Recuperabilidade dos ágios.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para os exercícios apresentados e na preparação do balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009 considerando-se as normas emitidas durante 2009 e 2010 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 31 de dezembro de 2010.

As políticas e práticas contábeis foram aplicadas consistentemente pela Companhia, nas suas controladas em conjunto.

a. Base de consolidação

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após esta data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia e sua controlada em conjunto CCR mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Para cada combinação de negócios, a Companhia e sua controlada em conjunto escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o CPC, a Companhia e sua controlada em conjunto optou por não rerepresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009, nas quais o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto à redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa nº. 15.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Controladas em conjunto

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que ele deixa de existir. As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo de realizar operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que a SP Concessões controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades, visando à operação conjunta, bem como as despesas nas quais a SP Concessões tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, e suas controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	31/12/2010	31/12/2009
Controladas em conjunto diretas		
CCR S.A	7,68	12,75
Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda.	68,03	-
Controladas e controladas em conjunto indiretas - Via CCR S.A		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (*)	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. (*)	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (*)	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (*)	100,00	100,00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (*)	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (*)	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	100,00	100,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (*)	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda. (*)	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda. (*)	-	100,00
Actua Assessoria S.A. (*)	100,00	100,00
Engelog Centro de Engenharia Ltda. (*)	-	100,00
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (*)	100,00	100,00
CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (*)	100,00	100,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR - USA, LLC (*)	100,00	100,00
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (*)	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (*)	38,25	38,25
Controladas em conjunto indiretas - Via Aguilha		
Companhia Operadora de Rodovias - COR (**)	25%	-
CCR S.A (**)	6%	-

(*) Os percentuais demonstrados se refere à participação que a controlada em conjunto CCR S.A possui nas empresas

(**) O percentual demonstrado se refere à participação que a controlada em conjunto Aguilha possui na empresa

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos resultados acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;

b. Moeda estrangeira - Consolidado

Transações com moeda estrangeira

A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor o valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As demonstrações financeiras das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às internacionais e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

c. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

d. Receitas de Serviços - Consolidado

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

e. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Soares Penido Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, e outras contas a pagar e leasing.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

